



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

## **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0024796-04.2016.5.24.0066**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 24/10/2016

**Valor da causa:** R\$ 4.400,23

**Partes:**

**AUTOR:** CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL

**ADVOGADO:** José Luiz Richetti

**ADVOGADO:** THAIS NASCIMENTO MOREIRA

**ADVOGADO:** Regiane Cristina da Fonseca

**RÉU:** OLVIDE CHIOMENTO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ  
**ATOrd 0024796-04.2016.5.24.0066**  
AUTOR: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL  
RÉU: OLVIDE CHIOMENTO

### PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE-JT

**Autos nº. 0024796-04.2016.5.24.0066**

AUTOR: CONFEDERACAO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL  
RÉU: OLVIDE CHIOMENTO

### **EDITAL DE PRAÇA/LEILÃO**

O Doutor **MARCELINO GONÇALVES**, Juiz Titular da **VARA DO TRABALHO DE PONTA PORÃ-MS**, no uso de suas atribuições legais,

Torna público que no **dia 28.01.2021, a partir das 9h00min**, o Leiloeiro Público Oficial, **Tarcisio Leite**, nomeado por este juízo, realizará pregão de venda e arrematação por meio eletrônico (internet), do bem penhorado nos autos supra, devidamente conferido(s) pelo Diretor de Secretaria.

**01** - uma fração de terras de imóvel rural de imóvel denominado Fazenda Dois Irmão II, equivalente a área de 30 ha (trinta hectares) dentro dos limites e confrontações especificados na matrícula 60.372 do CRI de Ponta Porã/MS, levando em consideração área nua, excluindo quaisquer benfeitorias, bem como área de reserva legal.

**TOTAL DA AVALIAÇÃO:** 750.000,00, em 12.02.2020  
**LANÇO VIL:** inferior a 30% do valor de avaliação dos bens.  
**ÔNUS QUE GRAVAM O BEM:** Registro de ação distribuída: 0101009-93.2009.8.12.0029, da 2ª  
**ÔNUS QUE GRAVAM O BEM:** Vara Cível de Naviraí/MS  
**ÔNUS DO INTERESSADO:** Comissão do Leiloeiro.

Não havendo licitante, e não requerendo o(s) exequentes(s) a adjudicação do(s) bem(ns), fica desde já designada nova praça para o dia 28.01.2021 às **09h30min.**, no mesmo local.

Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir ditos bens, deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Lei nº 5.584, de 22.06.70, da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos. E para que chegue a conhecimento do executado

RÉU: OLVIDE CHIOMENTO, do exequente, do depositário e demais interessados, mandei expedir o presente Edital, que será levado a público pelo Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, ainda afixado em local costumeiro neste Foro Trabalhista. Obs: Caso as partes não sejam encontradas nos endereços constantes dos autos, desde já ficam intimadas da designação supra.

**FICA O SR. LEILOEIRO OFICIAL AUTORIZADO A RECEBER OFERTAS DE PREÇO PELOS BENS ARROLADOS NESTE EDITAL EM SEU ENDEREÇO ELETRÔNICO: [casadeleiloes.com.br](http://casadeleiloes.com.br), DEVENDO PARA TANTO OS INTERESSADOS EFETUAREM CADASTRAMENTO PRÉVIO, CONFIRMAREM OS LANCES E RECOLHEREM A QUANTIA RESPECTIVA NA(S) DATA(S) DESIGNADAS PARA A REALIZAÇÃO DO LEILÃO, PARA FINS DE LAVRATURA DO TERMO PRÓPRIO.**

**FICA(M) CIENTE(S) O(S) INTERESSADO(S) de que:**

- 1) Deverá(ão) verificar por conta própria a existência de outro(s) eventual(ais) ônus real(ais) existente(s) (penhora, hipotecas, locações, IPTU, IPVA, multas, etc.) junto ao(s) competente(s) cartório(s) de registro(s), DETRAN, e outros órgãos, sendo que receberá(ão) tal(ais) bem no estado declarado no auto de penhora, motivo pelo qual deverá(ão) verificar por conta própria a existência de vício(s);
- 2) A arrematação, adjudicação ou remição de bem(ns) aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, das Lei de Execução Fiscal e do Código de Processo Civil (CLT, art. 889), observada a ordem de citação, omissão e a compatibilidade;
- 3) A(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar-se pessoalmente nas praças, sendo lícita a representação por procurador, caso em que deverá portar o instrumento do mandato ( e certidão contendo a declaração de seu crédito, se for o caso) que será entregue a leiloeira (salvo quanto ao procurador do exequente devidamente constituído nos autos em que se processa a praça);
- 4) Arcará com a despesa de comissão da leiloeira, sendo 5%(cinco por cento) sobre o lance vencedor que será pago diretamente à leiloeira, 2%(dois por cento) em caso de remição.
- 5) Em hipótese de parcelamento do pagamento da arrematação ou da venda judicial o interessado deverá apresentar pedido escrito ao Juiz em até 5 (cinco) dias antes da realização da praça ou leilão, especificando a forma e o prazo de pagamento, nos termos do art. 166 do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT/24ª Região.

6) O(s) proponente(s) concorrerá(ão) com os demais licitantes, salvo disposição legal em contrário, e deverá (ão) depositar a primeira parcela no dia da realização da praça ou leilão; quando o Juiz não especificar outro valor, a primeira parcela será de no mínimo 40% (quarenta por cento) do valor da arrematação, nos termos do §1º do art. 166 do Provimento Geral Consolidado do Eg. TRT/ 24ª Região.

**FICA(M) CIENTE(S) A(S) PARTE(S):**

1) a comissão é devida a partir da publicação do edital de praça no órgão oficial;  
2) para o caso de arrematação, a comissão devida é de 5% (cinco por cento) sobre o lance vencedor e será paga pelo arrematante diretamente à leiloeira;  
3) para os casos de adjudicação, remição da execução, transação, desistência da execução, renúncia e remissão a comissão devida é de 2%(dois por cento) do valor da avaliação, ou da execução ou da transação, o que for menor. Caso a(s) parte(s), por qualquer motivo, não tenha(m) sido intimada(s) da data da realização da praça, dela fica(m) ciente(s) pela publicação deste edital junto ao Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, bem como pela sua afixação em local costumeiro neste Foro.

Ponta Porã - MS, 23 de novembro de 2020

O nome do signatário do presente documento consta em sua assinatura eletrônica.

Documento digitado por ANELIZA DE ALBUQUERQUE FERREIRA NOVAES.

PONTA PORA/MS, 24 de novembro de 2020.

ANDRE LUIZ LAURO  
Diretor de Secretaria



Assinado eletronicamente por: ANDRE LUIZ LAURO - Juntado em: 24/11/2020 12:29:02 - 3c96c7e  
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/20112314232781200000017196228?instancia=1>  
Número do processo: 0024796-04.2016.5.24.0066  
Número do documento: 20112314232781200000017196228